



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Rua Erich Gielow, 35 - Centro - Luiz Alves - SC
CEP: 89128-000 CNPJ: 83.102.319/0001-55 Telefone: (47) 3377-8600
E-mail: compras@luizalves.sc.gov.br Site: http://www.luizalves.sc.gov.br

Página: 1/2

Recebido

em 13/08/21

Ass

Solicitação de Compra Nº 443/2021

Solicitante:	FERNANDA LUCIANI	Data da Solicitação:	30/07/2021
Organograma:	2400100000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO		
Local de Entrega:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
Objeto:	O objeto desta licitação consiste na seleção de propostas visando o Registro de Preços para eventuais aquisições de peças para máquinas pesadas que compõem a frota das Secretarias de Obras e Planejamento e Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luiz Alves-SC.		
Justificativa:	A aquisição destes produtos se faz necessária para a manutenção da frota das secretarias supracitadas.		
Observações:			

Itens solicitados:

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	LAMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828 - LAMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828 mm DE COMPRIMENTO COM DUREZA MÍNIMA DE 400HB	UN	60,000	990,0000	59.400,00
2	PARAFUSO DE AÇO REFORÇADO 5/8 PARA FIXAÇÃO DE LAMINA DE - PARAFUSO DE AÇO REFORÇADO 5/8 PARA FIXAÇÃO DE LAMINA DE PATROLA COM COMPRIMENTO DE 65MM.	UN	500,000	6,0000	3.000,00
3	PORCA PARA PARAFUSO 5/8 EM AÇO REFORÇADO	UN	500,000	2,0000	1.000,00
4	ARRUELA DE AÇO REFORÇADO 5/8 DIAMETRO INTERNO 32MM, ESPESSUR - ARRUELA DE AÇO REFORÇADO 5/8 DIAMETRO INTERNO 32MM, ESPESSURA 4MM.	UN	500,000	1,5000	750,00
5	JOGO DE CALÇO DE LAMINA DE BRONZE PARA PATROLA KOMATSU GD555	UN	3,000	1.800,0000	5.400,00
6	LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 - LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L SEM FURAÇÃO PARA DENTE/DUREZA MAIOR QUE 400HB.	UN	1,000	2.500,0000	2.500,00
7	LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C - LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C SEM FURAÇÃO PARA DENTE/ DUREZA MAIOR QUE 400HB.	UN	2,000	2.600,0000	5.200,00
8	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L	UN	20,000	90,0000	1.800,00
9	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVAD - UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L.	UN	20,000	50,0000	1.000,00
10	CHAPA DE AÇO DE 1/2X4 PARA REPAROS DE CAÇAMBA DIANTEIRA DE - CHAPA DE AÇO DE 1/2X4 PARA REPAROS DE CAÇAMBA DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA.	MT	30,000	698,0000	20.940,00
11	ARRUELA DE AÇO ZINCADO/GALVANIZADO 5/16	UN	1.000,000	5,0000	5.000,00
12	PARAFUSO FRANCES ZINCADO/GALVANIZADO 5/16X2.1/2	UN	1.000,000	10,0000	10.000,00
13	PORCA PARA PARAFUSO 5/16X2.1/2	UN	1.000,000	1,9800	1.980,00
14	UNHAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	UN	100,000	190,0000	19.000,00
15	TRAVAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	UN	100,000	60,0000	6.000,00
16	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	UN	20,000	99,0000	1.980,00
17	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	UN	20,000	99,0000	1.980,00

Preço Total: 146.930,00

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
---------	-----------	---------	-----------------

Luiz Alves, 30 de Julho de 2021.

Fernanda Luciani
Solicitante

Sec. de Administração

Sec. de Obras

Sec. de Agricultura

DOC
01



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Rua Erich Gielow, 35 - Centro - Luiz Alves - SC
CEP: 89128-000 CNPJ: 83.102.319/0001-55 Telefone: (47) 3377-8600
E-mail: compras@luizalves.sc.gov.br Site: <http://www.luizalves.sc.gov.br>

Página: 2/2

Solicitação de Compra Nº 443/2021

Prefeito Municipal





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO**

JUSTIFICATIVA DE LICITAÇÃO

Faz-se necessário o registro de preço para eventual aquisição de peças, a fim de realizar a manutenção necessária nas máquinas das Secretarias de Obras e Planejamento e de Agricultura e Meio Ambiente para que estas consigam realizar seus serviços em prol do município.

LUIZ ALVES, 04 DE AOSTO DE 2021.



**RUBENS PEREIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO DE OBRAS E PLANEJAMENTO**



**RONIVANDRO EDSON PICCINI
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: O objeto desta licitação consiste na seleção de propostas visando o Registro de Preços para eventuais aquisições de peças para máquinas pesadas que compõem a frota das Secretarias de Obras e Planejamento e Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luiz Alves-SC.

Justificativa: A aquisição destes produtos se faz necessária para a manutenção da frota das secretarias supracitadas.

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
1	Lamina 13 furos 5/8 reta, furo 5/8 c/ 08 pol. De largura, 1828 mm de comprimento com dureza mínima de 400HB	unid	60	R\$ 990,00	R\$ 59.400,00
2	Parafuso de aço reforçado 5/8 para fixação de lâmina de patola com comprimento de 65mm	unid	500	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
3	Porca para parafuso 5/8 em aço reforçado	unid	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
4	Arruela de aço reforçado 5/8(diâmetro interno 32mm, espessura 4mm)	unid	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
5	Jogo de calço de lâmina de bronze para patola Komatsu GD555	unid	3	R\$ 1.800,00	R\$ 5.400,00
6	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira CASE 580L sem furação para dente/dureza maior que 400HB	unid	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
7	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira JCB 3C sem furação para dente/ dureza maior que 400HB	unid	2	R\$ 2.600,00	R\$ 5.200,00
8	Dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
9	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00

Handwritten signature
DGC
04



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10	Chapa de aço de 1/2x4" para reparos de caçamba dianteira de retroescavadeira	metro	30	R\$ 698,00	R\$ 20.940,00
11	Arruela de aço zincado/galvanizado 5/16"	unid	1000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
12	Parafuso francês zincado/gaivanizado 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
13	Porca para parafuso 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$ 1,98	R\$ 1.980,00
14	Unhas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
15	Travas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
16	Dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
17	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
				TOTAL GERAL	R\$ 146.930,00

DAS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM:

- O item 1 (um) deste Termo deverá ser produzido em aço de alto teor de carbono micro ligado ao boro com tratamento térmico. O mesmo deverá apresentar, obrigatoriamente, o certificado de dureza do fabricante que deverá estar em acordo com a descrição.

- Os materiais serão solicitados de acordo com a necessidade do Município, que solicitará sua entrega com 05(cinco) dias de antecedência através de Autorização de Fornecimento.

- Os materiais quando solicitados, deverão ser entregues na sede da Secretaria de Obras e Planejamento do Município de Luiz Alves. As despesas com embalagem, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, ou quaisquer outras despesas que possam surgir, serão por conta da empresa contratada.

- Os produtos apresentados neste Termo de Referência deverão ser de boa qualidade. Caso isso não aconteça, a contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição no prazo máximo de 02(dois) dias a contar da data de devolução, que será por conta da contratada.



F.G. Serviços Automotivos Eireli

CNPJ: 26.581.919/0001-00 I.E.: 260395692

Endereço: R. Vereador Crisóstomo Gesser, 705 galpão - Vila do Salto

Luiz Alves CEP: 89128-000 SC

Fone: (47) 3377-0583

Celular: (47) 99274-4244

E-mail:



- SERVIÇOS AUTOMOTIVOS -

Item	Especificação	Unid	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Lamina 13 furos 5/8 reta, furo 5/8 c/ o8 pol. De largura, 1828 mm de comprimento com dureza mínima de 400HB	unid	60	R\$ 993,00	R\$ 59.580,00
2	Parafuso de aço reforçado 5/8 para fixação de lâmina de patola com comprimento de 65mm	unid	500	R\$ 8,40	R\$ 4.200,00
3	Porca para parafuso 5/8 em aço reforçado	unid	500	R\$ 2,80	R\$ 1.400,00
4	Arruela de aço reforçado 5/8(diâmetro interno 32mm, espessura 4mm)	unid	500	R\$ 1,95	R\$ 975,00
5	Jogo de calço de lâmina de bronze para patola Komatsu GD555	unid	3	R\$ 3.015,00	R\$ 9.045,00
6	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira CASE 580L sem furação para dente/dureza maior que 400HB	unid	1	R\$ 2.504,50	R\$ 2.504,50
7	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira JCB 3C sem furação para dente/ dureza maior que 400HB	unid	2	R\$ 2.650,00	R\$ 5.300,00
8	Dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
9	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$ 50,50	R\$ 1.010,00
10	Chapa de aço de 1/2x4" para reparos de caçamba dianteira de retroescavadeira	metro	30	R\$ 698,00	R\$ 20.940,00
11	Arruela de aço zincado/galvanizado 5/16"	unid	1000	R\$ 5,05	R\$ 5.050,00
12	Parafuso francês zincado/galvanizado 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$ 10,15	R\$ 10.150,00
13	Porca para parafuso 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$ 1,98	R\$ 1.980,00
14	Unhas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$ 241,50	R\$ 24.150,00
15	Travas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$ 73,00	R\$ 7.300,00
16	Dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
17	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
					R\$ 159.444,50

Rodrigue V. Martins

F G Serviços Automotivos Eireli

CNPJ: 26.581.919/0001-00 Inscr Est. 26.039.569-2

Inscr Muni. 2537 Fone: (47) 9 9137-4244

Luiz Alves, 04 de Agosto de 2021

RE: Orçamento

Foto do **De** Neto Automóveis <neto.automoveis@hotmail.com>
Para obras@luizalves.sc.gov.br <obras@luizalves.sc.gov.br>
Data 04-08-2021 11:12

Bom Dia

Segue orçamento

Oficina Mecânica e Latoaria Neto

[facebook.com/netoautomoveisluizalves](https://www.facebook.com/netoautomoveisluizalves)

Luiz Alves/SC

Fone/Fax: (47) 3377-1720

E-mail: neto.automoveis@hotmail.com

De: obras@luizalves.sc.gov.br <obras@luizalves.sc.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de agosto de 2021 15:27

Para: neto.automoveis@hotmail.com <neto.automoveis@hotmail.com>

Assunto: Orçamento

Boa tarde!

Solicito orçamento dos itens abaixo para novo processo de licitação.

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
1	Lamina 13 furos 5/8 reta, furo 5/8 c/ 08 pol. De largura, 1828 mm de comprimento com dureza mínima de 400HB	unid	60	R\$1.000,00	R\$60.000,00
2	Parafuso de aço reforçado 5/8 para fixação de lâmina de patola com comprimento de 65mm	unid	500	R\$8,50	R\$4.250,00
3	Porca para parafuso 5/8 em aço reforçado	unid	500	R\$3,80	R\$1.900,00
4	Arruela de aço reforçado 5/8 (diâmetro interno 32mm, espessura 4mm)	unid	500	R\$2,50	R\$1.250,00
5	Jogo de calço de lâmina de bronze para patola Komatsu GD555	unid	3	R\$3.000,00	R\$9.000,00
6	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira CASE 580L sem furação para dente/dureza maior que 400HB	unid	1	R\$2.600,00	R\$2.600,00
7	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira JCB 3C sem furação para dente/ dureza maior que 400HB	unid	2	R\$2750,00	R\$5.500,00
8	Dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$95,00	R\$1.900,00
9	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$55,00	R\$1.100,00
10	Chapa de aço de 1/2x4" para reparos de caçamba dianteira de retroescavadeira	metro	30	R\$750,00	R\$1.800,00
11	Arruela de aço zincado/galvanizado 5/16"	unid	1000	R\$5,00	R\$5.000,00
12	Parafuso francês zincado/galvanizado 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$12,00	R\$12.000,00
13	Porca para parafuso 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$2,50	R\$2.500,00
14	Unhas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$250,00	R\$25.000,00

15	Travas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$80,00	R\$8.000,00
16	Dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$110,00	R\$2.200,00
17	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$110,00	R\$2.200,00
				TOTAL GERAL	R\$146.200,00

Atenciosamente,
Fernanda Luciani



**TRATOR PEÇAS**

Comércio de Peças para Trator Ltda.

A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ALVES
ORÇAMENTO**

Item	Especificação	Unid	Quant	Unitario	total
1	Lamina 13 furos 5/8 reta, furo 5/8 c/ 08 pol. De largura, 1828 mm de comprimento com dureza mínima de 400HB	unid	60	1.200,00	72.000,00
2	Parafuso de aço reforçado 5/8 para fixação de lâmina de patola com comprimento de 65mm	unid	500	6,00	3.000,00
3	Porca para parafuso 5/8 em aço reforçado	unid	500	2,00	1.000,00
4	Arruela de aço reforçado 5/8(diâmetro interno 32mm, espessura 4mm)	unid	500	1,50	750,00
5	Jogo de calço de lâmina de bronze para patola Komatsu GD555	unid	3	1.800,00	5.400,00
6	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira CASE 580L sem furação para dente/dureza maior que 400HB	unid	1	2.500,00	2.500,00
7	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira JCB 3C sem furação para dente/ dureza maior que 400HB	unid	2	2.600,00	5.200,00
8	Dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	95,00	1.900,00
9	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	70,00	1.400,00
10	Chapa de aço de 1/2x4" para reparos de caçamba dianteira de retroescavadeira	metro	30		-
11	Arruela de aço zincado/galvanizado 5/16"	unid	1000		-
12	Parafuso francês zincado/galvanizado 5/16x2.1/2	unid	1000		-
13	Porca para parafuso 5/16x2.1/2	unid	1000		-
14	Unhas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	190,00	19.000,00
15	Travas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	60,00	6.000,00
16	Dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	190,00	3.800,00
17	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	120,00	2.400,00
CENTO VINTE E QUATRO MIL, TREZENTOS CINQUENTA REAIS				TOTAL GERAL	124.350,00

São José, 29 de Julho de 2021

79.905.071/0001-93

Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda-EPP

Rua Nossa Senhora do Guadalupe, 122
BR 101 - Km 201
Barreiros - CEP 88113-130
SÃO JOSÉ - SC
LOURIVAL NICOLETTI
VENDAS

TRATOR PEÇAS - Com de Peças P/ Trator Ltda EPP

Rua Nº. Senhora do Guadalupe, 122 - BR 101 - Km 201 - Barreiros - São José - SC
CEP 88113-130 - Fone (048) 3258-2024 - Fax (048) 3258-1823
CNPJ 79.905.071/0001-93 - Inscrição Estadual 251.504.514 - tratorcomercial@gmail.com

De: Júlio Silvestri Filho ME <jslaminas@yahoo.com.br>
Enviado em: domingo, 1 de agosto de 2021 14:56
Para: obras@luizalves.sc.gov.br
Assunto: RES: Orçamento

Boa tarde

segue

Enviado do [Email](#) para Windows 10

De: obras@luizalves.sc.gov.br
Enviado: quinta-feira, 29 de julho de 2021 16:31
Para: jslaminas@yahoo.com.br
Assunto: Orçamento

Boa tarde!

Solicito orçamento dos itens abaixo para novo processo de licitação.

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
1	Lamina 13 furos 5/8 reta, furo 5/8 c/ 08 pol. De largura, 1828 mm de comprimento com dureza mínima de 400HB	unid	60	R\$ 990,00	R\$ 59400,00
2	Parafuso de aço reforçado 5/8 para fixação de lâmina de patola com comprimento de 65mm	unid	500	R\$ 8,00	R\$ 4000,00
3	Porca para parafuso 5/8 em aço reforçado	unid	500	R\$ 3,00	R\$ 240,00
4	Arruela de aço reforçado 5/8(diâmetro interno 32mm, espessura 4mm)	unid	500	R\$ 2,00	R\$ 1000,00
5	Jogo de calço de lâmina de bronze para patola Komatsu GD555	unid	3	R\$ 3000,00	R\$ 9000,00
6	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira CASE 580L sem furação para dente/dureza maior que 400HB	unid	1	R\$ 2500,00	R\$ 2500,00
7	Lâmina para caçamba dianteira para retroescavadeira JCB 3C sem furação para dente/ dureza maior que 400HB	unid	2	R\$ 2700,00	R\$ 5400,00
8	Dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$ 90,00	R\$ 1800,00

9	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira CASE 580L	unid	20	R\$ 50,00	R\$ 1000,00
10	Chapa de aço de 1/2x4" para reparos de caçamba dianteira de retroescavadeira	metro	30	R\$ 700,00	R\$ 21000,00
11	Arruela de aço zincado/galvanizado 5/16"	unid	1000	R\$ 5,00	R\$ 5000,00
12	Parafuso francês zincado/galvanizado 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$ 10,00	R\$ 10000,00
13	Porca para parafuso 5/16x2.1/2	unid	1000	R\$ 2,00	R\$ 2000,00
14	Unhas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$ 240,00	R\$ 24000,00
15	Travas para escavadeira Hyundai 160	unid	100	R\$ 70,00	R\$ 7000,00
16	Dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$100,00	R\$2000,00
17	Unhas/capas de dentes para concha traseira para retroescavadeira JCB 3C	unid	20	R\$100,00	R\$1000,00
				TOTAL GERAL	R\$156340,00

Atenciosamente,
Fernanda Luciani



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Rua Erich Gielow, 35 - Centro - Luiz Alves - SC
CEP: 89128-000 CNPJ: 83.102.319/0001-55 Telefone: (47) 3377-8600
E-mail: compras@luizalves.sc.gov.br Site: www.luizalves.sc.gov.br

Página: 1/2

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Este documento solicita a abertura de procedimento licitatório conforme especificações abaixo.

Processo Administrativo: 55/2021
Modalidade: Pregão eletrônico
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM
Forma de Pagamento: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Prazo de Entrega: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Local de Entrega: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Vigência:
Objeto da Licitação: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS
Observações: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MPE'S
Convidados:

Itens

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	60,000	UN	LAMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828	R\$ 990,0000	R\$ 59.400,00
2	500,000	UN	PARAFUSO DE AÇO REFORÇADO 5/8 PARA FIXAÇÃO DE LAMINA DE	R\$ 6,0000	R\$ 3.000,00
3	500,000	UN	PORCA PARA PARAFUSO 5/8 EM AÇO REFORÇADO	R\$ 2,0000	R\$ 1.000,00
4	500,000	UN	ARRUELA DE AÇO REFORÇADO 5/8 DIAMETRO INTERNO 32MM, ESPESSUR	R\$ 1,5000	R\$ 750,00
5	3,000	UN	JOGO DE CALÇO DE LAMINA DE BRONZE PARA PATROLA KOMATSU GD555	R\$ 1.800,0000	R\$ 5.400,00
6	1,000	UN	LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580	R\$ 2.500,0000	R\$ 2.500,00
7	2,000	UN	LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	R\$ 2.600,0000	R\$ 5.200,00
8	20,000	UN	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L	R\$ 90,0000	R\$ 1.800,00
9	20,000	UN	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVAD	R\$ 50,0000	R\$ 1.000,00
10	30,000	MT	CHAPA DE AÇO DE 1/2X4 PARA REPAROS DE CAÇAMBA DIANTEIRA DE	R\$ 698,0000	R\$ 20.940,00
11	1.000,000	UN	ARRUELA DE AÇO ZINCADO/GALVANIZADO 5/16	R\$ 5,0000	R\$ 5.000,00

Luiz Alves, 25 de Agosto de 2021

Assinatura do Responsável

DOC
13

Itens

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
12	1.000,000	UN	PARAFUSO FRANCES ZINCADO/GALVANIZADO 5/16X2.1/2	R\$ 10,0000	R\$ 10.000,00
13	1.000,000	UN	PORCA PARA PARAFUSO 5/16X2.1/2	R\$ 1,9800	R\$ 1.980,00
14	100,000	UN	UNHAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	R\$ 190,0000	R\$ 19.000,00
15	100,000	UN	TRAVAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	R\$ 60,0000	R\$ 6.000,00
16	20,000	UN	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	R\$ 99,0000	R\$ 1.980,00
17	20,000	UN	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	R\$ 99,0000	R\$ 1.980,00

Valor total dos itens: R\$ 146.930,00





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Rua Erich Gielow, 35 - Centro - Luiz Alves - SC
CEP: 89128-000 CNPJ: 83.102.319/0001-55 Telefone: (47) 3377-8600
E-mail: compras@luizalves.sc.gov.br Site: <http://www.luizalves.sc.gov.br>

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) responsável por esta entidade, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Nr. 8.666/93 e suas alterações legais, resolve:

1 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

Processo Administrativo:	55/2021
Modalidade:	Pregão eletrônico
Forma de Julgamento:	MENOR PREÇO POR ITEM
Forma de Pagamento:	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Prazo de Entrega:	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Local de Entrega:	CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
Vigência:	12 MESES
Objeto da Licitação:	SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.
Observações:	LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MPE'S

Luiz Alves, 25 de Agosto de 2021


Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PORTARIA N.º 373/2021

Designa Pregoeiros e Equipes de Apoio

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, o qual estabelece os critérios para designar o pregoeiro e respectiva equipe de apoio para os processos de licitação da modalidade pregão;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.687/2017, que autoriza a concessão de gratificação mensal ao pregoeiro e equipe de apoio.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Pregoeiro Oficial e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade pregão, por período indeterminado:

I - JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS, servidor efetivo no cargo de Assistente Administrativo, como Pregoeiro;

II - JOÃO VICTOR BACHMANN FORTE, servidor nomeado para o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Econômico, como membro titular de equipe de apoio;

III - GABRIEL ELIAS DA SILVA, servidor nomeado para o cargo em comissão de Diretor de Atenção à Saúde, como membro titular da equipe de apoio;

IV - RICARDO MONDINI, servidor nomeado para o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação, como membro substituto imediato na ausência de membro titular;

V - FERNANDA LUCIANI, servidora nomeada para o cargo em comissão de Assessora de Compras, como membro substituto imediato na ausência do 1º substituto.

Art. 2º Designar Pregoeiro Substituto e equipe de apoio para atuar nas licitações na modalidade pregão, por período indeterminado:

I - JOÃO VICTOR BACHMANN FORTE, servidor nomeado para o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Econômico, como Pregoeiro Substituto;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

II - JOSÉ ROQUE DOS SANTOS NASCIMENTO, servidor efetivo no cargo de Assistente Administrativo, como membro titular de equipe de apoio;

III - EDNA KULKAMP DA SILVA, servidora nomeada para o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo, como membro titular de equipe de apoio;


IV - ÂNGELA NEUENFELDT, servidora nomeada para o cargo em comissão de Assessora de Tesouraria, como membro substituto imediato na ausência de membro titular;

V - JACQUELINE MARTINS, servidora nomeada para o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo, como membro substituto imediato na ausência do 1º substituto.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 129/2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 04 de agosto de 2021.


MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina - DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br*

Amábele Erbs Schoeping
Procuradora-Geral do Município

Publicado

05 / 08 / 2021





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (MPE'S).

O MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, por ordem do Prefeito Municipal, o Sr. **MARCOS PEDRO VEBER** e por intermédio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 132/2021, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, às **10h 00min** do dia **20 de setembro de 2021**, com julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, das Leis Complementares n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e n.º 147, de 7 de agosto de 2014, além dos Decretos Municipais n.º 40/2007 e n.º 34/2011, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

- das **08h 00min** do dia **03/09/2021** até às **16h 00min** do dia **17/09/2021**.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- a partir das **10h 00min** do dia **20/09/2021**.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir do dia **20/09/2021**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bnc.org.br (Bolsa Nacional de Compras – BNC).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2. A licitação obedecerá ao disposto na tabela constante do **Termo de Referência (Anexo I)**.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, conforme a legislação, exclusivamente para **MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

2.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

2.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

2.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, **conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO IV;**

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, **conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO IV e;**

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. **“A empresa participante do certame não deve ser identificada”** (Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º).

2.7. **O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO IV.**

2.8. **A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO IX, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45, DA LC 123/2006.**

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.3.2. **SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.**

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) Anexo (s);

5.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

5.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através do endereço: Curitiba-PR (41) 3097-4250 – Whatsapp: (41) 99136-7677, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. **Até a abertura da sessão pública**, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- e) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- f) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- g) **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- h) O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

- i) Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- j) O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário; caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.12.1. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.12.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.12.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.12.5. Se a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Luiz Alves, disponível no endereço eletrônico www.luizalves.sc.gov.br.

8.12.6. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

8.12.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o art. 33 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

9.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará **aviso de fechamento iminente dos lances**, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, e também, das demais, em **até 10% (dez por cento) superior** àquela de menor valor, possam ofertar um **lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos**, sendo que este será **sigiloso** até o encerramento deste prazo.

9.4. **Não havendo pelo menos três ofertas** nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, **na ordem de classificação**, até o **máximo de três**, oferecer um **lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos**, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo.

9.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.6. **Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada**, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em **até 05 (cinco) minutos**, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo.

9.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.10. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o

fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.13. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.14. **A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

9.15. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.16. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.17. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.18. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2. Será **desclassificada** a proponente que:

- a) Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) Apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) Apresentar preços que ultrapassem os valores máximos estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

12.3. Caso entenda necessário, o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

- a) Da apresentação de planilha de custos; ou
- b) Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.4. A diligência servirá como subsídio para decisão do Pregoeiro ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros**:

13.1.1. A existência de registros impeditivos da contratação, no **CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS / CGU**, disponível no Portal da Transparência - <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, além da habitual pesquisa já realizada no módulo SICAF do sistema SIASG (consulta por CNPJ), em atenção ao art. 97, caput e parágrafo único da Lei nº 8.666/93;

13.1.2. O **CNIA** (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa) - Cadastro Nacional do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, mediante acesso no site http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, com consulta pelo CNPJ;

13.1.3. Lista de declarados irregulares, inidôneos e inabilitados pelo Tribunal de Contas da União - TCU, disponível no site <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

13.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro.

13.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):

13.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, aplicando-se o disposto no item 13.2.1 “a”, “b”, “c” e “d” deste Edital;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II - O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante. **Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

13.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.3.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO VII, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, ainda, implicará a aplicação da penalidade de suspensão de até 24 meses, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

13.7. Habilitação jurídica

a) Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrado na Junta Comercial do Estado;

b) Em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial;

c) Em se tratando de Sociedade por Ações, o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da eleição da diretoria em exercício.

13.8. Regularidade fiscal e trabalhista

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de **origem da empresa**;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual **de origem da empresa**;

d) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

e) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

13.9. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

13.9.1 - A empresa poderá apresentar, **facultativamente**, juntamente a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, o documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua sede tem atribuição para sua expedição.

13.9.2 - CONSIDERANDO A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA EPROC NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, A PARTIR DE 1º/4/2019, AS CERTIDÕES DOS MODELOS "CÍVEL" E "FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL" **DEVERÃO SER SOLICITADAS TANTO NO SISTEMA EPROC QUANDO NO SAJ. AS DUAS CERTIDÕES DEVERÃO SER APRESENTADAS CONJUNTAMENTE, CASO CONTRÁRIO NÃO TERÃO VALIDADE.**

13.10. Qualificação Técnica

13.10.1. **Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração** emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica**, com o objeto da presente licitação.

13.11. Deverá apresentar, também, a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES**, conforme ANEXO VI.

14. DAS DILIGÊNCIAS

14.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado (s) técnico (s) emitido (s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

14.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, **SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h: 00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA** do processo licitatório.

14.3. **Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos envelopes**, em hipótese nenhuma.

14.4. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme **ANEXO II**, de acordo com o prazo estabelecido pelo Pregoeiro, em ata.

14.5. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do Pregoeiro, no âmbito de sua competência.

14.5. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em **“DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)”**, bem como, também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, próprios do Departamento de Licitações (licitacao@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br).

14.6. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

14.4. Serão verificados todos os documentos originais, **conforme a Lei nº 13.726/18**.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2. As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.

15.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas **contrarrrazões**, no **prazo de 03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4. Os **documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, próprios do Departamento de Licitações (licitacao@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br), sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrrazoante.

14.6. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

15.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

16. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

16.1. Após a manifestação dos interessados, o Pregoeiro fará análise dos recursos e das contrarrrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;

b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

16.2. Após análise e manifestação do Pregoeiro sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

16.3. A Autoridade competente emitirá a decisão final.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

16.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6. **Não caberá recurso administrativo** contra a decisão final da Autoridade Competente.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO I)**.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme o **Termo de Referência (ANEXO I)**.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO I)**.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, resguardada os preceitos legais pertinentes, **poderá acarretar, nas seguintes sanções:**

20.1.1. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;

20.1.2. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

20.1.3. Advertência;

20.1.4 – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES pelo prazo de até 02 (dois) anos;

20.1.5 – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

20.2 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

20.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES;

20.4 O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

20.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.6 O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerado no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 79 e 80 da referida Lei.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. **Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, preferencialmente, e/ou ainda, pelo e-mails licitação@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br, por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Rua Erich Gielow, nº 35, Centro – Luiz Alves/SC ou através de campo próprio do sistema da **BNC – Bolsa Nacional de Compras**.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação**.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

21.5. Os **pedidos de esclarecimentos ou dúvidas** referentes a este processo licitatório poderão ser enviadas ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, por meio eletrônico, preferencialmente, e/ou ainda, pelo e-mails licitação@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br.

21.6. **O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As **impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos** previstos no certame.

21.8. **A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro**, nos autos do processo de licitação.

21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, preferencialmente, e/ou pelos e-mails licitação@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br, vinculando os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública **observarão o horário de Brasília – DF.**

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço www.luizalves.sc.gov.br (“aba” licitações).

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, **os seguintes anexos:**

ANEXO I – Termo de Referência; **ANEXO II** – Exigências para Habilitação Complementar; **ANEXO III** – Modelo de Proposta; **ANEXO IV** – Termo de Adesão – BNC; **ANEXO V** – Custo pela utilização do sistema; **ANEXO VI** – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações; **ANEXO VII** – Declaração ME/EPP; **ANEXO VIII** – Minuta da Ata de Registro de Preços; **ANEXO IX** – Minuta do Contrato.

Luiz Alves, 01 de setembro de 2021.

MARCOS PEDRO WEBER
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.

2. **JUSTIFICATIVA:** FAZ-SE NECESSÁRIA A AQUISIÇÃO DESTES ITENS VISANDO A MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS SUPRACITADAS, MEDIANTE PRÉVIA REQUISIÇÃO.

3. QUADRO DESCRITIVO:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VALOR DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LÂMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828 MM DE COMPRIMENTO COM DUREZA MÍNIMA DE 400HB <i>(Conforme observações do subitem 5.1)</i>	Unidade	60	R\$ 698,00	R\$ 59.400,00
02	PARAFUSO DE AÇO REFORÇADO 5/8 PARA FIXAÇÃO DE LÂMINA DE PATROLA COM COMPRIMENTO DE 65MM	Unidade	500	R\$ 5,00	R\$ 3.000,00
03	PORCA PARA PARAFUSO 5/8 EM AÇO REFORÇADO	Unidade	500	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
04	ARRUELA DE AÇO REFORÇADO 5/8(DIÂMETRO INTERNO 32MM, ESPESSURA 4MM)	Unidade	500	R\$ 1,98	R\$ 750,00
05	JOGO DE CALÇO DE LÂMINA DE BRONZE PARA PATROLA KOMATSU GD555	Unidade	3	R\$ 190,00	R\$ 5.400,00
06	LÂMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L SEM FURAÇÃO PARA DENTE/DUREZA MAIOR QUE 400HB	Unidade	1	R\$ 60,00	R\$ 2.500,00
07	LÂMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C SEM FURAÇÃO PARA DENTE/ DUREZA MAIOR QUE 400HB	Unidade	2	R\$ 99,00	R\$ 5.200,00
08	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE	Unidade	20	R\$ 99,00	R\$ 1.800,00

	580L				
09	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L	Unidade	20	R\$ 2.600,00	R\$ 1.000,00
10	CHAPA DE AÇO DE 1/2X4" PARA REPAROS DE CAÇAMBA DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA	Metro	30	R\$ 90,00	R\$ 20.940,00
11	ARRUELA DE AÇO ZINCADO/GALVANIZADO 5/16"	Unidade	1000	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
12	PARAFUSO FRANCÊS ZINCADO/GALVANIZADO 5/16X2.1/2	Unidade	1000	R\$ 990,00	R\$ 10.000,00
13	PORCA PARA PARAFUSO 5/16X2.1/2	Unidade	1000	R\$ 6,00	R\$ 1.980,00
14	UNHAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	Unidade	100	R\$ 2,00	R\$ 19.000,00
15	TRAVAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	Unidade	100	R\$ 1,50	R\$ 6.000,00
16	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	Unidade	20	R\$ 1.800,00	R\$ 1.980,00
17	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	Unidade	20	R\$ 2.500,00	R\$ 1.980,00

TOTAL – R\$ 146.930,00 (cento e quarenta seis mil novecentos e trinta reais)

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

4.1. O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data da Ata de Registro de preços, conforme especificações e quantitativos constantes na Ata de Registro de Preços;

4.2. Os preços propostos serão fixos e reajustáveis, conforme previsão legal, onde já estarão inclusos o transporte até o local de destino;

5. DAS OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS

5.1. O item 01 (um) deste termo **deverá ser produzido em aço de alto teor de carbono micro ligado ao boro com tratamento térmico**. O mesmo **deverá apresentar, obrigatoriamente, o certificado de dureza do fabricante que deverá estar em acordo com a descrição**.

5.2. Os materiais serão solicitados de acordo com a necessidade do município, que solicitará sua entrega com 05 (cinco) dias de antecedência através de Solicitação de Fornecimento.

5.3. Os materiais quando solicitados, deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento. As despesas com embalagem, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, ou quaisquer outras despesas que possam surgir, serão por conta da empresa contratada.

5.4. **Os produtos apresentados neste Termo de Referência deverão ser de boa qualidade.** Caso isso não aconteça, a contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data de devolução, que será por conta da contratada.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias após a entrega dos materiais solicitados e recebimento da nota fiscal.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO DE OBRAS E PLANEJAMENTO

RONIVANDRO EDSON PICCINI
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

FERNANDA LUCIANI
FISCAL DO CONTRATO

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

1. HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR

1.1 - Dentre as atribuições do Pregoeiro, destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneando erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação, que deverão estar anexados de forma eletrônica, com validade jurídica, dentre outras estabelecidas no **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**.

1.2. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido, não se aplicando esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 - A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO**, constantes no item 14 do edital, assim que for autorizado pelo Pregoeiro.

1.4. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em "**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)**", bem como, também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, próprios do Departamento de Licitações (licitacao@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br).

1.5. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do Pregoeiro, no âmbito de sua competência.

1.6. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

1.7. Serão verificados todos os documentos originais, **conforme a Lei nº 13.726/18**.

2. DO SANEAMENTO DA HABILITAÇÃO

2.1 - O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**.

2.2 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **art. 47 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto da presente licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus Anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
REPRESENTANTE / CARGO:
ENDEREÇO / TELEFONE / E-MAIL:
CNPJ / INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CARTEIRA DE IDENTIDADE / CPF:
BANCO / AGÊNCIA / Nº DA CONTA BANCÁRIA:
CHAVE PIX:

2. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ _____, _____
(_____).

3. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

4. PRAZO DE GARANTIA

Conforme o Termo de Referência, a garantia é mínima é de _____.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no **ANEXO I**, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A validade mínima desta proposta é de _____ (_____) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: a interposição de recurso **SUSPENDE** o prazo de validade da proposta até decisão.

Luiz Alves, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
E-mail financeiro:	
E-mail _____, no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, a fim de receber os editais.	

**o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa.*

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da **Bolsa Nacional de Compras "BNC"**, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela **Bolsa Nacional de Compras "BNC"**, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

3.O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

4.O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.

5.A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

_____, de _____ de 2021.

Representante Legal

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ANEXO V

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021



FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002 que diz “para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação” e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

PLANO DE ADESÃO	A	R\$ 98,10 única participação por edital
PLANO DE ADESÃO	B	R\$ 135,00 (mensal)
PLANO DE ADESÃO	C	R\$ 197,80 (trimestral)

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

Plano de Adesão C, o respectivo contrato é trimestral a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Para o plano de adesão C e D ao término do contrato o fornecedor poderá optar pela renovação e/ou outro plano.

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”.

A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas.

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

_____, ____ de _____ de 2021.

Representante Legal

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021**

A pessoa jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede à _____ (endereço da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

a) **DECLARA**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520,02, de **que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação**;

b) **DECLARA** que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa**;

c) **DECLARA** que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares**;

d) **DECLARA** que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**;

e) **DECLARA** que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

f) **DECLARA** que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) **DECLARA**, também, **que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação**.

h) E por fim, **DECLARA**, também, **conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado**.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ME/EPP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato representada pelo Senhor (a) _____, devidamente credenciado, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual** nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32, § 2º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Luiz Alves, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal

ANEXO VIII

(MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2021

No dia _____ do mês de _____ do ano de 2021, compareceram, de um lado a (o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.319/0001-55, com sede administrativa na **RUA ERICH GIELOW, N.º 35, BAIRRO CENTRO, CEP N.º 89128-000, LUIZ ALVES/SC**, representado pelo (a) **PREFEITO MUNICIPAL**, o Sr. **MARCOS PEDRO VEBER**, inscrito no CPF sob o nº. 048.834.879-03, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas **DETENTORAS DA ATA**, que firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2021**, regidos pela Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93 e os Decretos Municipais n.º 40/2007 e n.º 34/2011, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Seguem os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro..., Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

CÓDIGO	EMPRESA	ITENS
XXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXX

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a: **EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.**

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor:

FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XXXXXX	XX	XXXX	XXX	XXXX	XXXX

1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA REVISÃO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade

do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, com exceção do subitem abaixo.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, por meio de apostilamento.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o

preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos da alínea "C", do parágrafo único do artigo 1º do Decreto Municipal nº 34/2011.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os

pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra

ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.9. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 20 (vinte) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando não formalizado contrato para ser aditivado.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal Em Exercício, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em uma via para cada parte, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Luiz Alves, ____ de ____ de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX / CNPJ _____.

EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX / CNPJ _____.

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

Aos _____ dias do mês de _____ de 2021, o **MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.319/0001-55, com sede administrativa na Rua Erich Gielow, n.º 35, Bairro Centro, no município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS PEDRO VEBER**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º _____/_____, com sede na (Rua, Avenida, Alameda, Travessa) _____, n.º _____, Bairro _____, no município de _____, Estado de _____, CEP n.º _____, neste ato representado pelo seu (sócio administrativo, titular, procurador), Sr.(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (ocupação), residente e domiciliado na (Rua, Avenida, Alameda, Travessa) _____, n.º _____, Bairro _____, no município de _____, Estado de _____, CEP n.º _____, portador do documento de identidade n.º _____ emitido por (órgão emissor) e inscrito no CPF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Contrato em razão da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n.º ____/2021, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02 e na Lei Federal n.º 8.666/93, bem como das demais legislações pertinentes, e pelas cláusulas e condições a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a **EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.**

1.1. Considerando as especificações técnicas e quantidades (*ou condições de execução*) contidas no Termo de Referência, bem como na proposta da CONTRATADA para o processo de licitação que precedeu e faz parte integrante do presente instrumento, o objeto contratado deverá atender as seguintes especificações:

Item	Descrição Resumida	Unid.	Qtde.	Valor Unitário Registrado (R\$)	Preço Total (R\$)
1	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
2	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
3	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
TOTAL					(...)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência pelo período de ____ (_____) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.1. O prazo estipulado na cláusula anterior poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, pelo período de até ____ (_____) meses, de acordo com o artigo 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, caso haja necessidade, sendo esta devidamente justificada pela Secretaria Municipal competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de até R\$ _____, ____ (_____).

3.1. O pagamento será realizado em até ____ (_____) dias da (execução/fornecimento/prestação de serviço,) mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente, classificadas e codificadas como: _____.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A CONTRATADA terá o prazo de até ____ (_____) dias para (____) *fornecer os itens/executar os serviços*____), na quantia e especificações solicitadas, conforme a Autorização de Fornecimento - AF, contados a partir da data de sua emissão.

5.1. O (____) *fornecimento dos itens/ execução dos serviços*____) contratados se dará, excepcionalmente, conforme as necessidades e solicitação da CONTRATANTE.

5.2. O (____) *fornecimento dos itens/ execução dos serviços*____) deverá ser efetuado mediante solicitação emissão da Autorização de Fornecimento correspondente a cada dotação orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

6.1. Efetuar os pagamentos decorrentes da execução deste Contrato, nos prazos e condições neste estabelecidos.

6.2. Fornecer à CONTRATADA informações, documentos e demais elementos para a correta e efetiva execução do presente Contrato.

6.3. Acompanhar a execução deste Contrato e exercer a fiscalização, designando servidor competente para estas funções.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

7.1. A CONTRATADA compromete-se em garantir em conformidade todas as exigências formais e legais indispensáveis por ela assumidas, desde a fase de habilitação para a efetivação de sua contratação até o encerramento do contrato, sob a pena de sofrer as sanções pertinentes.

7.2. (*Fornecer/executar*) o objeto deste Contrato de acordo com as normas legais aplicáveis e vigentes, dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos normativos, com a estrita observância das especificações estabelecidas no edital do processo licitatório que deu origem ao presente termo.

7.3. Para a (*execução/fornecimento*) do objeto contratado, dispor de pessoal capacitado, apto e devidamente equipado e trajado, dentro dos parâmetros de normas de segurança, para exercer os serviços necessários.

7.4. Não efetuar nenhuma alteração quanto à metodologia para a prestação dos serviços, sem consulta prévia da Administração (*se prestação de serviços*).

7.5. (*Fornecer/executar*) o objeto contratado nas datas, horários e locais a serem informados pela CONTRATANTE.

7.6. Prestar esclarecimentos à Administração, sempre que necessário, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

7.7. Aceitar todos os métodos, processos de diligência e controle inerentes à fiscalização por parte da CONTRATANTE.

7.7.1. Da fiscalização supracitada do CONTRATANTE não restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA concernente ao fornecimento contratado de forma integral e exclusiva.

7.8. Prestar a CONTRATANTE, sem quaisquer ônus, os serviços e substituições necessárias a toda correção, revisão de falhas decorrentes de vícios ou defeitos verificados nos (____) *itens/execução*____) do objeto contratado.

7.8.1. Uma vez que forem corrigidos ou sanados os erros verificados, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, será afastada a aplicação de sanção administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

8.1. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA assumir todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros, ou de qualquer natureza em favor de terceiros, bem como, todas as despesas geradas direta ou indiretamente por força da execução e cumprimento deste contrato, respondendo à CONTRATANTE tão somente pelo fornecimento de subsídios documentais para a efetiva prestação dos serviços, dentro das normas técnicas pertinentes à matéria.

8.2. A CONTRATADA assume, exclusivamente, os riscos e as despesas de prestação de serviço do contratado, fazendo-se necessária a perfeita execução, responsabilizando-se ainda pela idoneidade e conduta dos seus empregados, prepostos e subordinados designados para o fornecimento.

8.3. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer compromisso que assumir pela CONTRATADA, assim como quaisquer danos causados a terceiros decorrentes do ato contratado, inclusive em relação aos seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Considerando o prazo de vigência deste contrato, a validade da Ata de Registro de Preços que deu origem ao presente termo e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal n.º 9.069/95, é vedado qualquer reajustamento de preços antes do prazo de 12 (doze) meses da apresentação da proposta, nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001.

9.2. Decorridos o prazo de 12 (doze) meses da apresentação da proposta, o reajuste poderá ser concedido, nos termos do § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, com base no índice IGP-M/Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período, por meio de apostilamento.

CLÁUSULA DEZ - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

As alterações de quaisquer disposições aqui estabelecidas poderão ocorrer mediante justificativa apresentada pelo Secretário Municipal competente e serão consideradas válidas a partir de sua formalização, por meio de termo aditivo, que passará a fazer parte integrante do presente instrumento.

10.1. O presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela CONTRATANTE, quando:

10.1.1. Houver modificação de suas especificações, para melhor adequação aos seus objetivos.

10.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto.

10.2. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, quando necessário ao ajuste do modo de prestação de serviços, mediante justificativa apresentada pelo Secretário Municipal competente e laudo técnico conclusivo sobre a inaplicabilidade dos termos originários.

10.3. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO

11.1. Constituem motivo para rescisão do presente Contrato o não cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, das condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico e da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico que deram origem ao presente, por desídia, força maior e determinação legal impeditiva ou ordem superior.

11.2. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/1993, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

11.3. A rescisão contratual poderá ser:

11.3.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

11.3.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

11.2. Ficará o presente Contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos:

11.2.1. Falência ou liquidação da CONTRATADA.

11.2.2. Incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou ainda fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE.

11.2.3. Extinção da CONTRATADA.

11.3. O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa da CONTRATANTE, mediante notificação com prazo de 15 (quinze) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a CONTRATANTE desobrigada de pagamento à CONTRATADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES E MULTAS

12.1. O atraso injustificado na execução deste contratado pela CONTRATADA ensejará em multa de mora, no montante de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o período máximo de 10 (dez) dias.

12.1.1. A partir do 10º (décimo) dia de atraso injustificado, caberá a rescisão unilateral do Contrato por parte da CONTRATANTE.

12.2. A recusa injustificada da CONTRATADA em retirar a Autorização de Fornecimento no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

12.3. Pela inexecução total ou parcial, bem como a execução irregular do objeto contratado, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

12.3.1. Advertência.

12.3.2. Multa:

12.3.2.1. De 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

12.3.2.2. De 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

12.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05(cinco) anos.

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.4. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar a cobrança judicialmente.

12.5. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei n.º 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

12.6. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

12.7. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei Federal n.º 10.520/2002, conforme o artigo 7 do mesmo diploma legal.

12.8. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o parágrafo 6º do artigo 43da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização deste contratoficará a cargo da Secretaria Municipal competente.

13.2. A prestação de serviços pela CONTRATADA deverá ser submetida ao exame e aprovação da fiscalização, a quem caberá aprovar ou rejeitar quanto ao atendimento das especificações técnicas de acordo com o Edital do Pregão Eletrônico que precedeu o presente Contrato.

13.3. Cabe à CONTRATADA atender, prontamente, a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra quaisquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a

atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade a CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.

13.4. A CONTRATADA aceitará todos os métodos e processos de inspeção e controle para a fiscalização por parte da CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer, quando solicitados, todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações, julgados necessários a efetiva execução deste instrumento contratual.

13.5. A qualquer tempo e, independentemente de qualquer formalidade, a CONTRATANTE poderá verificar no local a execução dos serviços, por meio de servidor devidamente credenciado e, para tanto, a CONTRATADA assegurar-lhe-á amplo acesso a todas as informações relativas ao cumprimento do presente Contrato.

CLÁUSULA QUATORZE-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Além das condições nesta estabelecidas, as partes atenderão as disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 32/2021 e seus anexos, que fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o conflitarem.

14.2. Este Contrato não poderá ser objeto de cessão, de transferência ou de subcontratação.

14.3. Fica constituído o foro da Comarca de Navegantes/SC para solucionar eventuais litígios, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DA ACEITAÇÃO E DO CUMPRIMENTO

15.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, por seus respectivos representantes legais, aceitam todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações ora assumidas.

15.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Luiz Alves, ____ de ____ de ____.

**MARCOS PEDRO VEBER
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
CONTRATANTE**

**REPRESENTANTE
EMPRESA
CONTRATADA**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
PROCURADORIA-GERAL

Recebido
em 27 / 08 / 2021
Ass. [assinatura]

PARECER JURÍDICO N.º 172/2021

Assunto: Análise jurídica acerca do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n.º 32/2021.

Luiz Alves – SC, 26 de agosto de 2021.

PARECER JURÍDICO

O edital do Pregão Eletrônico n.º 32/2020, referente à SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE LUIZ ALVES/SC com especificações contidas no termo de referência, anexo I, foi examinado de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a Lei n.º 10.520/2002, com a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

A Lei n.º 8.666/1993, em seu artigo 3º, estabelece os princípios norteadores das compras e contratações efetuadas pela Administração Pública:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A modalidade de pregão está prevista no artigo 1º da Lei n.º 10.520/2002, *in verbis*:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Tecendo comentários acerca da matéria, Marcelo Alexandrino¹ discorre que “(...) bens e serviços comuns são, simplesmente, bens e serviços ordinários, comecinhos, sem peculiaridades ou características técnicas especiais”.

¹ ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 23. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. p. 680.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
PROCURADORIA-GERAL**

Além do mais, o Edital visa atender ao objetivo tracejado no artigo 47 da Lei Complementar n.º 123/2006, que consiste na promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional. De tal modo, para efetivação do exposto, o artigo 48 da referida Lei dispõe:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Ressalta-se que o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para fins de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte deve ser considerado por item, tendo em vista que os licitantes realizam as propostas por itens, pois cada um equipara-se a uma licitação autônoma, nos termos da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União².

Logo, em razão dos valores, todos os itens serão destinados exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte.

Dessa forma, o certame apresentado para análise foi elaborado em consonância com as disposições legais em vigor, adotando-se a modalidade, o tipo e o critério de licitação adequados ao objeto.

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e

² É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Rua Erich Gielow, 35 - Centro - Luiz Alves - SC
CEP: 89128-000 CNPJ: 83.102.319/0001-55 Telefone: (47) 3377-8600
E-mail: compras@luizalves.sc.gov.br Site: www.luizalves.sc.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

Nrº 32/2021

Processo Adm.: 55/2021
Data do Processo: 20/08/2021

AVISO DE LICITAÇÃO - NÚMERO 55/2021

Os Membros da Comissão da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria - 1292021/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar no dia 20/09/2021, no endereço, RUA ERICH GIELOW, 35, Luiz Alves - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° 32/2021, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

Informamos que a íntegra do edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto do processo:

SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.

Luiz Alves, 01 de Setembro de 2021

João Devilar Brondi dos Santos
Assistente Administrativo
Matrícula 224863/01

Assinatura do Responsável





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Rua Erich Gielow, 35 - Centro - Luiz Alves - SC
CEP: 89128-000 CNPJ: 83.102.319/0001-55 Telefone: (47) 3377-8600
E-mail: compras@luizalves.sc.gov.br Site: www.luizalves.sc.gov.br

Pregão eletrônico

Nr.: 32/21 - PE

Processo Adm.: 55/2021
Data do Processo: 20/08/2021

Página 1/2

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

1 - PARTICIPAÇÃO:

A presente licitação reger-se-á pelas normas da Lei nº 10.520/02 em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, podendo participar todas as pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições deste instrumento.

O cadastramento das propostas deverá ser efetivado a partir das 08:00 horas do dia 03/09/2021 com término as 16:00 horas do dia 17/09/2021 no protocolo desta instituição

Local de entrega da proposta: CONFORME O EDITAL

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO:

SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.

3 - ITENS DO PROCESSO:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	60,000	UN	LAMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828
2	500,000	UN	PARAFUSO DE AÇO REFORÇADO 5/8 PARA FIXAÇÃO DE LAMINA DE
3	500,000	UN	PORCA PARA PARAFUSO 5/8 EM AÇO REFORÇADO
4	500,000	UN	ARRUELA DE AÇO REFORÇADO 5/8 DIAMETRO INTERNO 32MM, ESPESSUR
5	3,000	UN	JOGO DE CALÇO DE LAMINA DE BRONZE PARA PATROLA KOMATSU GD555
6	1,000	UN	LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580
7	2,000	UN	LAMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C
8	20,000	UN	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L
9	20,000	UN	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVAD
10	30,000	MT	CHAPA DE AÇO DE 1/2X4 PARA REPAROS DE CAÇAMBA DIANTEIRA DE
11	1.000,000	UN	ARRUELA DE AÇO ZINCADO/GALVANIZADO 5/16
12	1.000,000	UN	PARAFUSO FRANCES ZINCADO/GALVANIZADO 5/16X2.1/2
13	1.000,000	UN	PORCA PARA PARAFUSO 5/16X2.1/2
14	100,000	UN	UNHAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160
15	100,000	UN	TRAVAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160
16	20,000	UN	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C
17	20,000	UN	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C

DOC
59

Declaramos para os fins da Lei Nr. 8.666/93, que foi publicado e afixado no mural oficial desta instituição,
a partir das 08:46 horas do dia 01/09/2021, até às 08:46 horas do dia 20/09/2021.

Luiz Alves, 01/09/2021



João Devilar Brondi dos Santos
Assistente Administrativo
Matrícula 234863/01

Assinatura do Responsável



DOM/SC Prefeitura municipal de Luiz Alves**Data de Cadastro:** 01/09/2021 **Extrato do Ato Nº:** 3257931 **Status:** Novo**Data de Publicação:** 02/09/2021 **Edição Nº:****Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):** 2D0C13616AE0EE9E3DB17DC52FDE4F7C0F09ADB7**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021****LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço por Item.**Recebimento das propostas:** das 08h 00min do dia 03/09/2021 até às 16h 00min do dia 17/09/2021.**Abertura e julgamento das propostas:** a partir das 10h 00min do dia 20/09/2021.**Referência de tempo:** horário de Brasília (DF).**Local:** <http://bnc.org.br/> - (bolsa nacional de compras – BNC).**Retirada do Edital:** *in loco*, no site: <https://www.luizalves.sc.gov.br/> ou pela plataforma <http://bnc.org.br/>.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou *in loco* das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: licitacao@luizalves.sc.gov.br ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br.

Luiz Alves, 01 de setembro de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3257931, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:<https://dom.sc.gov.br/site/?q=id:3257931>

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 32/2021

N° PROC. ADM. 55/2021

Extrato de licitação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, de acordo com a regulamentação 10.024/19 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS e tendo como autoridade MARCOS PEDRO VEBER.

PUBLICAÇÃO: 01/09/2021 09:49

INICIO REC. PROPOSTA: 03/09/2021 08:00

IM REC. PROPOSTA: 17/09/2021 16:00

INÍCIO DISPUTA: 20/09/2021 10:00

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO E FECHADO

EXCLUSIVO ME: SIM

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 146.930,0000

OBJETO DO PROCESSO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E PLANEJAMENTO E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.

Para demais informações contato via e-mail: licitacao@lulizalves.sc.gov.br, telefone: 4733778619 ou acesso pelo link: <https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bekz%5DUrWAmIqzI8kD%54s87yuVfxIzC8bdwT96P5aroGW9zAKfA7oQyO2I5sJZBn6HxgBblU2FQRexUPwNYROYfoVUhtQXzCmxVPBpPJsZ7Rxnqw%3D>

João Devilar Brondi dos Santos
Assistente Administrativo
Matricula 234863/01

JOÃO DEVLART BRONDI DOS SANTOS

LUÍZ ALVES-SC - 01/09/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
LUIZ ALVES-SC

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

Processo Administrativo Nº 55/2021

Tipo: REGISTRO DE PREÇO

PREGOEIRO: JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS

Data de Publicação: 01/09/2021 09:49:24

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 60 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 990,00

Descrição: LAMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828 mm DE COMPRIMENTO COM DUREZA MINIMA DE 400HB

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 029	ROCK / DUREZA MIN 400HB	990,00
PARTICIPANTE 067	marca propria	990,00
PARTICIPANTE 047	METISA / nacional	990,00

LOTE 2

Item: 2 Quant.: 500 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 6,00

Descrição: PARAFUSO DE ACO REFORCADO 5/8 PARA FIXACAO DE LAMINA DE PATROLA COM COMPRIMENTO DE 65MM.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 061	REX / 5/8	6,00
PARTICIPANTE 089	TFUSO / nacional	6,00

LOTE 3

Item: 3 Quant.: 500 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2,00

Descrição: PORCA PARA PARAFUSO 5/8 EM ACO REFORCADO

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 073	FEY / 5/8	2,00
PARTICIPANTE 069	TFUSO / nacional	2,00

LOTE 4

Item: 4 Quant.: 500 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1,50

Descrição: ARRUELA DE ACO REFORCADO 5/8 DIAMETRO INTERNO 32MM, ESPESSURA 4MM.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 060	FEY / 5/8	1,50
PARTICIPANTE 024	TFUSO / nacional	1,50

LOTE 5

Item: 5 Quant.: 3 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1.800,00

Descrição: JOGO DE CALCO DE LAMINA DE BRONZE PARA PATROLA KOMATSU GD555

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 092	FALLOS / GD 555	1.800,00
PARTICIPANTE 043	TEM / nacional	1.800,00

LOTE 6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
LUIZ ALVES-SC**

Item: 6 Quant.: 1 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.500,00

Descrição: LAMINA PARA CACAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L SEM FURACAO PARA DENTE/DUREZA MAIOR QUE 400HB.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 041	ROCK / DUREZA MIN 400HB	2.500,00
PARTICIPANTE 038	METISA / nacional	2.500,00

LOTE 7

Item: 7 Quant.: 2 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 2.600,00

Descrição: LAMINA PARA CACAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C SEM FURACAO PARA DENTE/ DUREZA MAIOR QUE 400HB.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 052	ROCK / DUREZA MIN 400HB	2.600,00
PARTICIPANTE 059	METISA / nacional	2.600,00

LOTE 8

Item: 8 Quant.: 20 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 90,00

Descrição: DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 067	ECOPLAN / 580L	90,00
PARTICIPANTE 003	ECOPLAN / nacional	90,00

LOTE 9

Item: 9 Quant.: 20 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 50,00

Descrição: UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 073	ECOPLAN / 580L	50,00
PARTICIPANTE 014	ECOPLAN / nacional	50,00

LOTE 10

Item: 10 Quant.: 30 Unidade: METRO Val. Ref.: 698,00

Descrição: CHAPA DE ACO DE 1/2X4 PARA REPAROS DE CACAMBA DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 048	TUFER / nacional	698,00

LOTE 11

Item: 11 Quant.: 1.000 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 5,00

Descrição: ARRUELA DE ACO ZINCADO/GALVANIZADO 5/16

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 074	TFUSO / nacional	5,00

LOTE 12

Item: 12 Quant.: 1.000 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 10,00

Descrição: PARAFUSO FRANCES ZINCADO/GALVANIZADO 5/16X2.1/2

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 003	TFUSO / nacional	10,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
LUIZ ALVES-SC

LOTE 13

Item: 13 Quant.: 1.000 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 1,98

Descrição: PORCA PARA PARAFUSO 5/16X2.1/2

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 087	TFUSO / nacional	1,98

LOTE 14

Item: 14 Quant.: 100 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 190,00

Descrição: UNHAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 029	ECOPLAN / HYUNDAI 160	190,00
PARTICIPANTE 063	AYLY / importado	190,00

LOTE 15

Item: 15 Quant.: 100 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 60,00

Descrição: TRAVAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 047	ECOPLAN / HYUNDAI 160	60,00
PARTICIPANTE 037	FENIX / nacional	60,00

LOTE 16

Item: 16 Quant.: 20 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 99,00

Descrição: DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 081	ECOPLAN / JCB 3C	99,00
PARTICIPANTE 048	AYLY / importado	99,00

LOTE 17

Item: 17 Quant.: 20 Unidade: UNIDADE Val. Ref.: 99,00

Descrição: UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 021	ECOPLAN / JCB 3C	99,00
PARTICIPANTE 097	AYLY / importado	99,00

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

[illegible]

Isadora Sorato Calandrelli
Analista Típ. Gestão Reg. Mercantil
Matrícula 960.046-9
Tubarão

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/10/2014 SOB Nº: 20147743044
Protocolo: 14774304-4, DE 15/10/2014
Empresa: 42 1 0418524 9
JULIO SILVESTRI FILHO ME

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200
de 24 de agosto de 2001

Documento Assinado Digitalmente 09/08/2021
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648/0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br
e informe o número 121604/2021-03 na consulta de processos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA


NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.608.150/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/05/2012
NOME EMPRESARIAL JULIO SILVESTRI FILHO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) JS LAMINAS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R LUIZ MAGALHAES DE MEDEIROS	NÚMERO 1050	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 88.708-250	BAIRRO/DISTRITO HUMAITA DE CIMA	MUNICÍPIO TUBARAO
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (48) 3632-3506	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/05/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/09/2021** às **16:44:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA


DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1834036710



NOME
JULIO SILVESTRI FILHO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
1556805 SSP SC

CPF
912.381.649-00

DATA NASCIMENTO
06/04/1964

FILIAÇÃO
JULIO SILVESTRI
EDILCE MACHADO SILVESTRI

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03239427932

VALIDADE
01/04/2024

HABILITAÇÃO
09/09/1982

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TUBARÃO, SC

DATA EMISSÃO
04/04/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

80315480255
50344609622

SANTA CATARINA

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JULIO SILVESTRI FILHO
CNPJ: 15.608.150/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:08:49 do dia 19/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2021. —

Código de controle da certidão: **0678.CD38.86A0.38AC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50 - Inscrição Estadual: 256.731.080

E-mail: islaminas@yahoo.com.br - Tel: (48) 3632-3506

Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 - Humaitá - Tubarão/SC - CEP: 88708-250

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ME/EPP PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

A empresa JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 1 - Humaitá de Cima - Tubarão/SC - CEP: 88708-250, inscrita no CNPJ sob nº 15.608.150/0001-50, neste ato representada pelo Senhor JÚLIO SILVESTRI FILHO, devidamente credenciado, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32, § 2º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Tubarão, 20 de setembro de 2021.

JULIO SILVESTRI FILHO:
15608150000150

Assinado digitalmente por JULIO SILVESTRI
FILHO: 15608150000150
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SC, L=Tubarão,
OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=20181735000176, OU=Presencial,
OU=Certificado P.J. A1, CN=JULIO SILVESTRI
FILHO: 15608150000150
Razão: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME -
Localização: Tubarão/SC
Data: 2021.09.17 12:08:57-03'00"
Foxit Reader Versão: 10.1.4

15 608 150/0001-50

JULIO SILVESTRI FILHO - ME

R. LUIZ MAGALHAES DE MEDEIROS, 1050 SALA 01
HUMAITÁ DE CIMA - CEP 88708-250

TUBARÃO - SC

JÚLIO SILVESTRI FILHO
Carteira de Identidade nº 1566805-3 SSP/SC
CPF: 912.281.669-00
Administrador
JÚLIO SILVESTRI FILHO ME - CNPJ: 15.608.150/0001-50





01/09/2021

0011441175

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Tubarão

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8741648

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Tubarão, com distribuição anterior à data de 27/08/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

JULIO SILVESTRI FILHO ME, portador do CNPJ: 15.608.150/0001-50. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Tubarão, quarta-feira, 1 de setembro de 2021.

PEDIDO Nº:

0011441175



CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1039266

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, **NADA CONSTA** distribuído em relação a:

NOME: JULIO SILVESTRI FILHO ME

Raiz do CNPJ: 15.608.150

Certidão emitida às 16:53 de 01/09/2021.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 5) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>








JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50 - Inscrição Estadual: 256.731.080

E-mail: jslaminas@yahoo.com.br – Tel: (48) 3632-3506

Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 – Humaitá – Tubarão/SC – CEP: 88708-250

ANEXO III PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto da presente licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus Anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME
REPRESENTANTE / CARGO: JÚLIO SILVESTRI FILHO – SÓCIO-GERENTE
ENDEREÇO: Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 1 - Humaitá de Cima - Tubarão/SC - CEP: 88708-250 / TELEFONE: (48) 3632-3506 / E-MAIL: jslaminasadm1@gmail.com
CNPJ: 15.608.150/0001-50 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 256.731.080
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1566805-3 SSP/SC / CPF: 912.281.669-00
BANCO: 001 BRASIL AGÊNCIA: 0201-1 Nº DA CONTA BANCÁRIA: 127307-8
CHAVE PIX: 15608150000150

2. PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

ITEM	ESCRITÃO / ESPECIFICAÇÃO	VALOR DE MEDIDA	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR
1	LÂMINA 13 FUROS 5/8 RETA, FURO 5/8 C/ 08 POL. DE LARGURA, 1828 MM DE COMPRIMENTO COM DUREZA MÍNIMA DE 400HB (Conforme observações do subitem 5.1)	Unidade	60	METISA (NACIONAL)	R\$ 990,00	R\$ 59.400,00
2	PARAFUSO DE AÇO REFORÇADO 5/8 PARA FIXAÇÃO DE LÂMINA DE PATROLA COM COMPRIMENTO DE 65MM	Unidade	500	TFUSO (NACIONAL)	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
3	PORCA PARA PARAFUSO 5/8 EM AÇO REFORÇADO	Unidade	500	TFUSO (NACIONAL)	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
4	ARRUELA DE AÇO REFORÇADO 5/8(DIÂMETRO INTERNO 32MM, ESPESSURA 4MM)	Unidade	500	TFUSO (NACIONAL)	R\$ 1,50	R\$ 750,00
5	JOGO DE CALÇO DE LÂMINA DE BRONZE PARA PATROLA KOMATSU GD555	Unidade	3	TEM (NACIONAL)	R\$ 1.800,00	R\$ 5.400,00
6	LÂMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L SEM FURAÇÃO PARA DENTE/DUREZA MAIOR QUE 400HB	Unidade	1	METISA (NACIONAL)	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
7	LÂMINA PARA CAÇAMBA DIANTEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C SEM FURAÇÃO PARA DENTE/ DUREZA MAIOR QUE 400HB	Unidade	2	METISA (NACIONAL)	R\$ 2.600,00	R\$ 5.200,00

JULIO SILVESTRI FILHO:
15608150000150

Assinado digitalmente por: JULIO SILVESTRI FILHO 15608150000150
DN: CN=JULIO SILVESTRI FILHO, OU=JULIO SILVESTRI FILHO, O=JULIO SILVESTRI FILHO, C=BR
SERIAL=15608150000150, EMAIL=jslaminasadm1@gmail.com, OU=JULIO SILVESTRI FILHO, O=JULIO SILVESTRI FILHO, C=BR
Data: 2021.09.17 15:08:21 -0300
Ffz Release Versão: 10.1.4

DOC



JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50 - Inscrição Estadual: 256.731.080

E-mail: jslaminas@yahoo.com.br - Tel: (48) 3632-3506

Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 - Humaitá - Tubarão/SC - CEP: 88708-250

8	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L	Unidade	20	ECOPLAN (NACIONAL)	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
9	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L	Unidade	20	ECOPLAN (NACIONAL)	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
10	CHAPA DE ÇO DE 1/2X4" P R REPAROS DE CAÇAMBA DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA	Metro	30	TUFER (NACIONAL)	R\$ 698,00	R\$ 20.940,00
11	ARRUELA DE AÇO ZINCADO/GALVANIZADO 5/16"	Unidade	1000	TFUSO (NACIONAL)	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
12	PARAFUSO FRANCÊS ZINCADO/GALVANIZADO 5/16X2.1/2	Unidade	1000	TFUSO (NACIONAL)	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
13	PORCA PARA PARAFUSO 5/16X2.1/2	Unidade	1000	TFUSO (NACIONAL)	R\$ 1,98	R\$ 1.980,00
14	UNHAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	Unidade	100	AYLY (IMPORTADO)	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
15	TRAVAS PARA ESCAVADEIRA HYUNDAI 160	Unidade	100	FENIX (NACIONAL)	R\$ 60,00	R\$ 6.000,00
16	DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	Unidade	20	AYLY (IMPORTADO)	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
17	UNHAS/CAPAS DE DENTES PARA CONCHA TRASEIRA PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C	Unidade	20	AYLY (IMPORTADO)	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
TOTAL						R\$ 146.930,00

PROPOSTA: R\$ 146.930,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e trinta reais).

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

4. PRAZO DE GARANTIA

Conforme o Termo de Referência, a garantia é mínima é de 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no ANEXO I, deste Edital. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

Prazo de entrega 05 (cinco) dias.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A validade mínima desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Tubarão, 20 de setembro de 2021.

JULIO SILVESTRI FILHO:
15608150000150

Assinado digitalmente por JULIO SILVESTRI FILHO:
15608150000150
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SC, L=Tubarão, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, OU=20181735000176,
OU=Presencial, OU=Certificado PJ A1, CN=JULIO
SILVESTRI FILHO-15608150000150
Razão: JULIO SILVESTRI FILHO ME -
Localização: Tubarão/SC
Data: 2021.09.17 12:08:41-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

15 608 150/0001-50

JULIO SILVESTRI FILHO - ME

R. LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, 1050 SALA 01
HUMAITÁ DE CIMA - CEP 88708-250

TUBARÃO

SC

JULIO SILVESTRI FILHO
Carteira de Identidade nº 1566805-3 SSP/SC
CPF: 912.281.669-00
Administrador
JULIO SILVESTRI FILHO ME - CNPJ: 15.608.150/0001-50

DOC



METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.

Rua Fritz Lorenz, 2442 Distrito Industrial - Caixa Postal, 11

89120-000 Timbó, SC Tel.:(47) 3281-2222 Fax: 3281-2223

Contato: vendas@metisa.com.br (47) 3281-2284 site: www.metisa.com.br

14/07/2021

IN6902

Especificação Técnica de Produtos - FPS

Especificação nº: 53

Cliente: METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.

Cidade / Estado: TIMBO/SC

Data de Emissão: 14/07/2021 Data de Validade: 14/07/2022

Solicitante:

Lâminas e cantos para motoniveladora (família de produtos: 12 e 18)

Código	Descrição	Peso (Kg)
12-1500	LAMINA MOTO CATERPILLAR 5J6970 R 6'X8"X3/4" 13F P5/8" AR-1	48,47
12-5121	LAMINA MOTO CATERPILLAR 5J6973 R 7'X8"X3/4" 15F P5/8" AR-1	56,55

Especificações

Tipo de Aço: AR-1 - Microligado ao Boro

Tratamento Térmico: Tempera e Revenimento

Composição química* (% em massa)					Dureza (HB) ¹	Dureza (HRC)	Resistência à tração (Kgf/mm ²)
C	Si	Mn	Cr	B			
0,28~0,36	0,15~0,35	1,20~1,40	0,15~0,65	0,0020~0,0055	440~500	46~51	155

*P:0,03 máx; S:0,04 máx; Mo:0,04 máx; Ni:0,20 máx; Cu:0,30 máx.

¹Dureza mínima no núcleo: 440 HB

Observações

Os itens desta linha são identificados pela pintura na cor vermelha e pela marcação em baixo relevo da logo METISA, código do produto, nº da Ordem de Produção (OP) e AR-1.

A linha AR-1, por ser temperada integralmente, proporciona maior dureza e resistência, sendo recomendada para serviços severos devido à sua alta resistência ao desgaste e ao impacto.

Garantia METISA

A METISA garante a composição química e as propriedades mecânicas dos aços utilizados na fabricação de seus produtos conforme tabela acima.

Existem variáveis que podem influenciar no desempenho do produto, tais como:

- Tipo de Solo (abrasividade): argiloso, arenoso, rochoso, etc.;
- Operacionalidade da máquina: regulagem do equipamento e o modo com que o operador trabalha.

Obs.: As características técnicas dos produtos podem sofrer alterações sem aviso prévio.

DOC



JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50 - Inscrição Estadual: 256.731.080

E-mail: jslaminas@yahoo.com.br - Tel: (48) 3632-3506

Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 - Humaitá - Tubarão/SC - CEP: 88708-250

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

A pessoa jurídica denominada JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.608.150/0001-50, com sede à Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 1 - Humaitá de Cima - Tubarão/SC - CEP: 88708-250, empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520,02, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;

b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;

c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares;

d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;

e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

h) E por fim, DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais

JULIO SILVESTRI FILHO:15608150000150

Assinatura digitalizada por JULIO SILVESTRI FILHO 15608150000150
Data: 2021/05/11 12:28:14
Local: Tubarão/SC
Endereço: Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 - Humaitá - Tubarão/SC - CEP: 88708-250
E-mail: jslaminas@yahoo.com.br - Tel: (48) 3632-3506





JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50 - Inscrição Estadual: 256.731.080

E-mail: jslaminas@yahoo.com.br - Tel: (48) 3632-3506

Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 - Humaitá - Tubarão/SC - CEP: 88708-250

envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Tubarão, 20 de setembro de 2021.

15 608 150/0001-50

JULIO SILVESTRI FILHO - ME

R. LUIZ MAGALHAES DE MEDEIROS, 1050 SALA 01
HUMAITÁ DE CIMA - CEP 88708-250

TUBARÃO

SC

JULIO SILVESTRI FILHO:
15608150000150

Assinado digitalmente por JULIO SILVESTRI
FILHO:15608150000150
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SC, L=Tubarão,
OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=20181735000176,
OU=Presencial, OU=Certificado P.J A1, CN=JULIO
SILVESTRI FILHO:15608150000150
Razão: JULIO SILVESTRI FILHO ME -
Localização: Tubarão/SC
Data: 2021.09.17 12:09:29-03'00"
Foxit Reader Versão: 10.1.4

JULIO SILVESTRI FILHO

Carteira de Identidade nº 1566805-3 SSP/SC

CPF: 912.281.669-00

Administrador

JULIO SILVESTRI FILHO ME - CNPJ: 15.608.150/0001-50





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial JULIO SILVESTRI FILHO Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 42 1 0418524-9	CNPJ 15.608.150/0001-50	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 25/05/2012	Data de Início de Atividade 01/06/2012
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA LUIZ MAGALHAES DE MEDEIROS, 1050-SALA 01, HUMAITA DE CIMA, TUBARÃO, SC, 88.708-250			
Objeto Social COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES; COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.			
Capital: R\$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Microempresa <input checked="" type="checkbox"/>	
Último Arquivamento Data: 16/10/2014 Ato: ALTERAÇÃO Evento(s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXX	
Nome do Empresário JULIO SILVESTRI FILHO Identidade: 15668053,SSP/SC Estado Civil: CASADO CPF: 912.281.669-00 Regime de Bens: COMUNHÃO PARCIAL			

Florianópolis - SC, segunda-feira, 9 de agosto de 2021

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

Eu,
Conferi e assino.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JULIO SILVESTRI FILHO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.608.150/0001-50

Certidão nº: 28543857/2021

Expedição: 17/09/2021, às 08:38:45

Validade: 15/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JULIO SILVESTRI FILHO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.608.150/0001-50**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 15.608.150/0001-50

Razão Social: JULIO SILVESTRI FILHO ME

Endereço: R LUIZ MAGALHAES DE MEDEIROS 1050 SALA 01 / VILA ESPERANCA /
TUBARAO / SC / 88708-250

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/09/2021 a 09/10/2021

Certificação Número: 2021091001453233451056

Informação obtida em 17/09/2021 08:35:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**
SECRETARIA DA FAZENDAPARA VALIDAÇÃO DESTE DOCUMENTO ACESSSE O SITE
PREFEITURAMODERNA.COM.BR (MEUIPTU) E INFORME O N° DA
CERTIDÃO.**CERTIDÃO NEGATIVA****Nº: 0085179****Informações do Contribuinte**

CÓDIGO	676351	NOME DO CONTRIBUINTE	JULIO SILVESTRI FILHO ME		CPF / CNPJ	15.608.150/0001-50
ENDEREÇO	RUA LUIS MAGALHAES DE MEDEIROS		NÚMERO	1050	COMPLEMENTO	BAIRRO
NÚMERO CEP	88708250	MUNICÍPIO - UF	TUBARÃO - SC	APTO / SALA	01	HUMAITA DE CIMA
				NOME EDIFÍCIO		

Informações do Requerente

Nº DE DOCUMENTO	91228166900	NOME DO REQUERENTE	JULIO SILVESTRI FILHO	FINALIDADE	
		OBSERVAÇÕES			

Data de Emissão: 08/09/2021 Hora de Emissão: 16:09:00**Validade: 07/12/2021**

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 001 de 27 de dezembro de 2002, que institui o Código Tributário deste Município, CERTIFICAMOS QUE, revendo os livros de lançamentos desta Prefeitura, o acima descrito, **NADA DEVE** à Fazenda Municipal, referente a Impostos, Taxas ou Multas, até a presente data, ressalvado o direito do FISCO MUNICIPAL, quanto a qualquer débito que venha a ser apurado.

Nada mais havendo, o referido é verdade do que dou fé.

Tubarão, 08 de Setembro de 2021



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **JULIO SILVESTRI FILHO**
CNPJ/CPF: **15.608.150/0001-50**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	210140107775414
Data de emissão:	09/08/2021 09:40:21
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	08/10/2021

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 09/08/2021 09:40:43





Balneário
PIÇARRAS

GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS

CNPJ Nº 83.102.335/0001-48

AVENIDA EMANOEL PINTO, Nº 1655 - CENTRO - Balneário Piçarras/SC - Santa Catarina - CEP 88.380-000

Fone. (47) 3347-4747

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa JÚLIO SILVESTRI FILHO ME, CNPJ: 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 Sala 01 - Humaitá - Tubarão/SC, fornece a esta Prefeitura, materiais, equipamentos, lubrificantes e filtros automotivos (carros, caminhões, máquinas rodoviárias e agrícolas), peças para tratores, motoniveladoras, materiais de desgaste como lâminas, dentes, unhas, parafusos, ferramentas e materiais para solda. Com pontualidade, garantia e qualidade dos produtos, bem como assistência Técnica.

Grau de satisfação dentro do esperado, materiais atenderam nossas necessidades, materiais foram entregues no almoxarifado da prefeitura.

A empresa está a mais de 12 (doze) meses, fornecendo materiais para esta prefeitura, conforme dados no portal da transparência do município.

Compras se deram por meio das seguintes notas fiscais:

(6474/6414/6413/6344/6343/6336/6335/6249/6186/6149/6078/6033/5954/5953/5845/5843/5818/5817/5797/5787/5786/5675/5642).

Sem mais para o momento;

Balneário Piçarras, 13/08/2021.

**ORLI CARLOS
FERREIRA JUNIOR**
09114872986

ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR

SECRETÁRIO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS

Assinado digitalmente por ORLI CARLOS FERREIRA
JUNIOR.09114872986
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=29113745000149, OU=Presencial, OU=Certificado PF
A1, CN=ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR.09114872986
Razão: Eu revisei este documento
Localização: SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS
URBANOS E RURAIS
Data: 2021.08.17 17:28:46
Foxit Reader Versão: 9.7.2

DOC